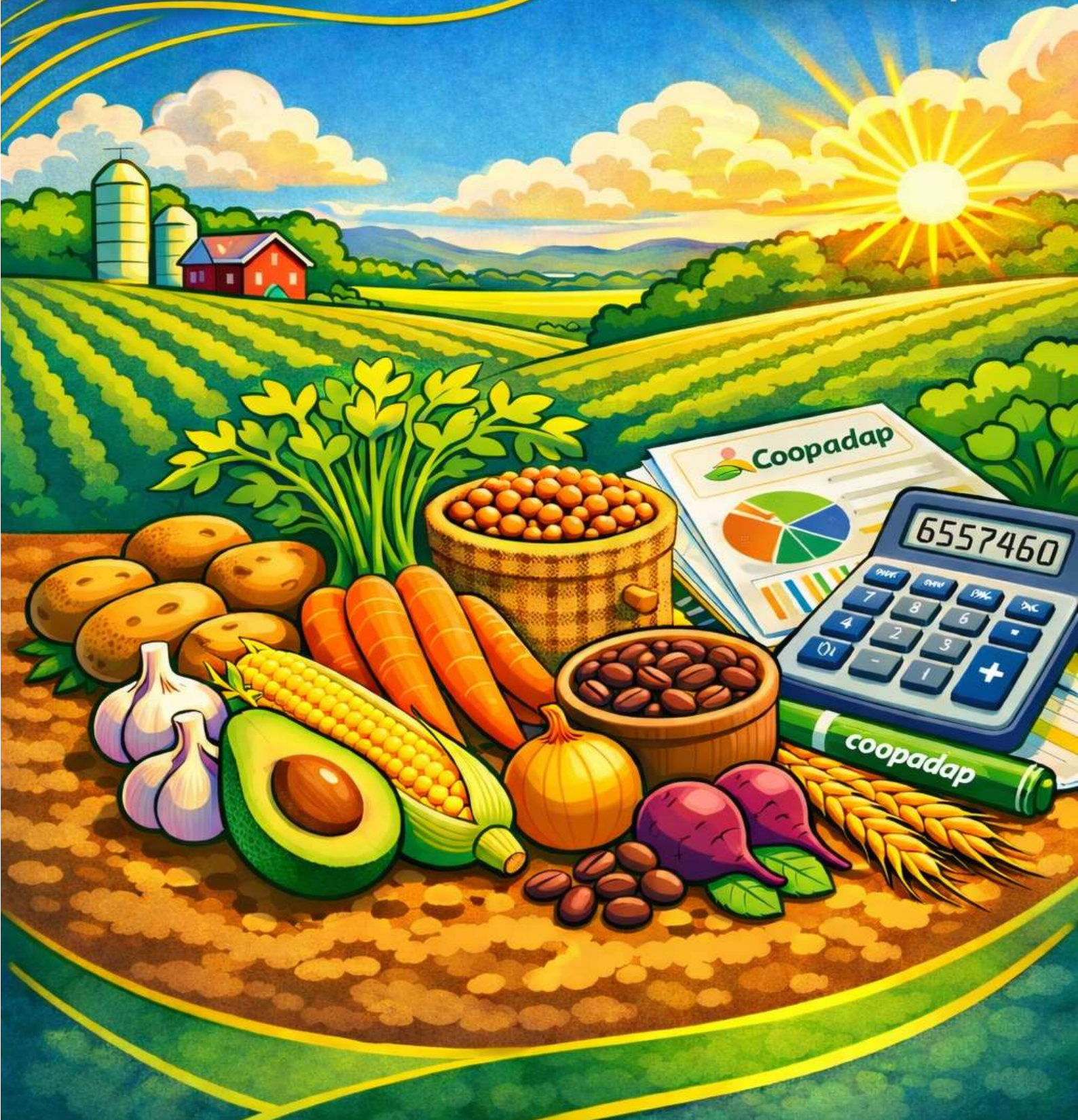


Relatório Anual das Demonstrações Contábeis 2025



coopadap

— muito além do campo —



Relatório Anual das Demonstrações Contábeis 2025

Razão Social: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO PARANAÍBA - COOPADAP

NIRE: 3140000831-4

CNPJ: 86.675.642/0001-06

Inscrição estadual: 621.905.937.00-82

Endereço: Rodovia MG 235 KM 89,443

Guarda dos Ferreiros

São Gotardo - Minas Gerais

CEP: 38.800-000

SITE: www.coopadap.com.br

E-mail: contabilidade@coopadap.com.br

Ramo de atividade: 46.23-1/99 - Comércio Atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas.

Natureza jurídica: 214 - Cooperativa

Fundação: 28/09/1994



Nossa Essência

MISSÃO: *Dar suporte total à sustentabilidade do cooperado por meio das melhores soluções para geração de resultados no agronegócio, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade.*

VISÃO: *Ser referência no agronegócio, conquistando a satisfação dos cooperados, colaboradores, clientes e fornecedores.*

CRENÇAS E VALORES:

Cooperativismo: *Buscamos unir desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.*

Transparência: *Todas as decisões e ações da Cooperativa são claras, verdadeiras e acessíveis a quem de direito.*

Equidade: *Todos terão seus direitos e deveres igualmente respeitados.*

Ética: *Agimos com honestidade e justiça para o fortalecimento dos nossos relacionamentos.*

Intercâmbio de ideias: *Valorizamos as boas ideias e a troca de experiências.*



Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

Ativo	Nota	2.025	2.024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2.025	2.024
Circulante	Explicativa			Circulante	Explicativa		
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.838.976	96.709.983	Empréstimos e financiamentos	12	44.349.112	69.394.773
Contas a receber	5	118.350.850	117.091.868	Obrigações com cooperados	13	92.994.911	111.167.782
Outros créditos	6	2.057.163	8.524.913	Fornecedores	14	36.733.379	29.909.899
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.424.162	3.767.753	Obrigações trabalhistas	15	4.872.696	6.509.072
Estoques	8	179.628.876	168.925.662	Obrigações sociais e tributárias	16	9.456.037	4.375.525
Despesas antecipadas		1.137.954	1.204.272	Outras obrigações	17	75.199.828	74.745.456
		367.437.981	396.224.453	Provisões operacionais	18	9.558.034	10.391.122
						273.163.997	306.493.630
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos	6	1.115.490	2.998.292	Empréstimos e financiamentos	12	10.056.483	7.602.888
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.645.593	127.368	Outras obrigações	17	823.624	642.460
Despesas antecipadas		781.071	1.191.757	Provisões operacionais	18	5.869.901	7.472.064
Depósitos judiciais	19	4.483.567	13.411.180	Provisões para contingências	19	4.475.935	13.365.500
						21.225.943	29.082.911
Investimentos	9	29.057.566	25.292.231	Patrimônio líquido	21		
Imobilizado	10	120.227.270	111.618.008	Capital social		135.422.555	117.513.339
Intangível	11	22.467.910	21.653.715	Reserva legal		52.158.020	48.392.760
		180.778.467	176.292.551	Reserva de reavaliação		2.703.970	2.800.056
				Reserva de assist. téc. educ. e social - RATES		29.113.593	23.258.671
				Reserva de investimentos		17.423.657	8.918.610
				Sobras do exercício		32.004.713	36.057.026
				(-) Sobras antecipadas		(15.000.000)	-
						253.826.508	236.940.463
Total do ativo		548.216.448	572.517.004	Total do passivo e patrimônio líquido		548.216.448	572.517.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração de Sobras ou Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	Nota			2.025	2.024
	Explicativa	Cooperados	Terceiros	Total	Total
Ingresso operacional bruto					
Vendas de produtos e mercadorias		1.121.561.697	21.153.153	1.142.714.850	1.226.164.747
Prestação de serviços		41.762.132	1.021.257	42.783.389	34.433.839
		1.163.323.829	22.174.410	1.185.498.239	1.260.598.587
Deduções de ingresso bruto					
Impostos incidentes sobre vendas		(9.692.857)	(247.636)	(9.940.493)	(9.412.233)
Devoluções e abatimentos		(18.629.062)	(710.239)	(19.339.301)	(17.593.791)
		(28.321.919)	(957.875)	(29.279.794)	(27.006.025)
Ingresso operacional líquido		1.135.001.910	21.216.536	1.156.218.446	1.233.592.562
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(1.048.810.181)	(19.315.176)	(1.068.125.358)	(1.149.677.475)
Sobra/lucro bruto		86.191.729	1.901.360	88.093.089	83.915.087
(Dispêndios) ingressos operacionais					
Dispêndios com pessoal/remuneração à diretoria e conselheiros		(24.889.850)	(474.432)	(25.364.282)	(25.358.524)
Dispêndios administrativos e gerais	22	(30.921.882)	(589.410)	(31.511.292)	(29.065.781)
Outros ingressos operacionais		10.108.099	157.066	10.265.165	15.120.032
		(45.703.633)	(906.776)	(46.610.409)	(39.304.273)
Sobra/lucro antes do resultado financeiro		40.488.096	994.584	41.482.679	44.610.813
Resultado financeiro líquido	23	(231.626)	12.858.680	12.627.053	7.246.284
Sobra/lucro antes da tributação		40.256.469	13.853.263	54.109.733	51.857.097
Contribuição social e imposto de renda	24	(8.289.941)	(4.290.983)	(12.580.924)	(7.832.084)
Resultado líquido do exercício		31.966.528	9.562.281	41.528.809	44.025.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração da sobra líquida do exercício por atividade

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
<u>Comercializações</u>	<u>42.045.462</u>	<u>43.286.843</u>
Abacate	340.688	13.908
Alho	6.461.426	6.846.698
Aveia	558	-
Batata	1.115.501	1.471.853
Beterraba	(10.990)	41.766
Café	16.056.622	7.048.835
Cebola	41.830	411.376
Cenoura	204.177	5.721.968
Cevada	29.981	-
Insumos Agrícolas	14.502.936	17.404.851
Milheto	-	(460)
Milho	1.279.500	470.308
Repolho	43.398	10.794
Semente de soja	160.888	441.612
Semente de trigo	22.537	1.203.401
Soja	1.723.246	1.265.071
Sorgo	(75.654)	217.174
Trigo	144.493	708.251
Triticale	4.325	9.437
<u>Serviços</u>	<u>(516.653)</u>	<u>738.171</u>
Agricultura de Precisão	179.889	153.239
Tecnologia de Aplicação	(116.838)	(97.521)
Beneficiamento/Armazenagem de café	255.007	761.920
Beneficiamento/Armazenagem de cereais	(104.374)	694.811
Beneficiamento/Colheita de hortifruti	164.631	85.525
Pesquisa	(894.968)	(859.357)
Poda de abacate	-	(446)
	<u>41.528.809</u>	<u>44.025.014</u>



Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

			2.025	2.024
	Cooperados	Terceiros	Total	Total
Resultado Líquido do exercício	31.966.528	9.562.281	41.528.809	44.025.014
Outros Resultados Abrangentes	5.686.075	108.384	5.794.459	6.092.217
Realização da Reserva de Reavaliação	94.289	1.797	96.086	96.086
Realização do Rates	5.591.786	106.587	5.698.373	5.996.132
Resultado Abrangente do Exercício	37.652.603	9.670.664	47.323.267	50.117.231

5

Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias

Resultado Abrangente do Exercício	37.652.603	9.670.664	47.323.267	50.117.231
Resultado Ato não Cooperativo destinado ao RATES	-	9.670.664	9.670.664	7.697.200
Saldo a Destinar do ato cooperativo	37.652.603	-	37.652.603	42.420.031
Reserva legal	3.765.260	-	3.765.260	4.242.003
RATES	1.882.630	-	1.882.630	2.121.002
Total das Destinações	5.647.890	-	5.647.890	6.363.005
Sobras à disposição da Assembleia Geral	32.004.713	-	32.004.713	36.057.026



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva de Investimentos	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	96.343.503	44.150.757	2.896.142	-	19.436.602	40.981.359	203.808.362
Deliberações da AGO de distribuição de sobras	18.068.340	-	-	8.918.610	-	(40.981.359)	(13.994.409)
Integralizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de capital por comercialização	8.590.512	-	-	-	-	-	8.590.512
Baixa de capital	(5.489.016)	-	-	-	-	-	(5.489.016)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(96.086)	-	-	96.086	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	(5.996.132)	5.996.132	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	44.025.014	44.025.014
Transferência do resultado com terceiros para RATES	-	-	-	-	7.697.200	(7.697.200)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	4.242.003	-	-	2.121.002	(6.363.005)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	117.513.339	48.392.760	2.800.056	8.918.610	23.258.671	36.057.026	236.940.463
Deliberações da AGO de distribuição de sobras	12.903.657	-	-	8.505.047	-	(36.057.026)	(14.648.322)
Integralizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de capital por comercialização	7.659.495	-	-	-	-	-	7.659.495
Baixa de capital	(2.653.936)	-	-	-	-	-	(2.653.936)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(96.086)	-	-	96.086	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	(5.698.373)	5.698.373	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	41.528.809	41.528.809
Transferência do resultado com terceiros para RATES	-	-	-	-	9.670.664	(9.670.664)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	3.765.260	-	-	1.882.630	(5.647.890)	-
Antecipação de Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	(15.000.000)	(15.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	135.422.555	52.158.020	2.703.970	17.423.657	29.113.593	17.004.713	253.826.508



Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	2.025	Reclassificado 2.024
Sobra líquida do exercício	41.528.809	44.025.014
<u>Ajuste do resultado do exercício:</u>		
Depreciação e amortização	8.391.444	6.789.895
Resultado venda/Baixa de ativo não circulante	(172.140)	111.695
Redução ao valor de realização do estoque	768.629	493.404
Reversão de provisões	(1.845.783)	(1.682.218)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	32.825	88.277
Participações em outras sociedades	(3.765.314)	(9.062.675)
Despesas com juros de empréstimos e financiamentos	6.194.271	9.348.066
Provisões para contingências	(8.889.565)	319.847
<u>Redução (aumento) nos ativos:</u>		
Contas a receber	(1.291.807)	14.142.601
Estoques	(11.471.843)	(18.779.396)
Impostos e contribuições a recuperar	(1.174.633)	(886.774)
Outros ativos de circulante e não circulante	8.827.556	(5.857.054)
Depósitos judiciais	8.927.613	(488.603)
<u>Aumento (redução) nos passivos:</u>		
Fornecedores	6.823.480	3.127.096
Obrigações com cooperados	(18.172.872)	19.578.555
Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias	3.444.136	784.204
Provisões operacionais	(589.467)	2.061.070
Outras obrigações	635.535	152.590
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>38.200.874</u>	<u>64.265.594</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(16.352.223)	(16.021.317)
Aquisição de investimento	(21)	(159)
Valor de venda do imobilizado	172.990	592.671
Aquisições do intangível	(1.463.526)	(2.957.873)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(17.642.780)</u>	<u>(18.386.678)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	55.654.542	94.820.958
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e juros	(84.440.880)	(129.767.644)
Distribuição de sobras	(14.648.322)	(13.994.409)
Antecipação de Sobra líquida do exercício	(15.000.000)	-
Retenção de capital por comercialização e capitalização	7.659.495	8.590.512
Baixa de capital	(2.653.936)	(5.489.016)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>(53.429.101)</u>	<u>(45.839.599)</u>
Redução/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(32.871.007)</u>	<u>39.317</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	63.838.976	96.709.983
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.709.983	96.670.667
Varição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>(32.871.007)</u>	<u>39.317</u>



Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Ingressos		
Ingresso Operacional líquido	1.166.158.939	1.243.004.795
Outros Ingressos (dispêndios) operacionais	10.265.165	15.120.032
	<u>1.176.424.104</u>	<u>1.258.124.827</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos	(1.068.125.358)	(1.149.677.475)
Outros insumos e materiais adquiridos	(27.377.141)	(26.102.698)
	<u>(1.095.502.499)</u>	<u>(1.175.780.174)</u>
Valor adicionado bruto	<u>80.921.605</u>	<u>82.344.654</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1.490.540)	(677.889)
Valor adicionado líquido	<u>79.431.065</u>	<u>81.666.764</u>
Valor adicionado transferido		
Ingressos financeiros	20.762.631	19.573.490
Valor adicionado à distribuir	<u>100.193.696</u>	<u>101.240.255</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>21.642.046</u>	<u>21.670.770</u>
Salários, horas extras e comissões	12.819.145	12.329.941
Honorários do conselho	655.105	605.559
Indenizações/verbas indenizatórias	116.842	932.524
Férias, 13º salário e encargos	3.039.664	2.842.928
FGTS	1.257.672	1.205.656
Assistência médica	315.081	373.216
Alimentação	1.792.785	1.591.169
Transporte	526.169	483.224
Seguro de vida	10.798	20.929
Uniforme	97.675	82.147
Outros	1.011.110	1.203.478
Governo	<u>28.887.264</u>	<u>23.217.265</u>
INSS	4.772.090	4.654.248
PIS sobre folha de pagamento de pessoal	155.306	147.385
Imposto de renda e contribuição social	12.580.924	7.832.084
ICMS	9.891.057	9.045.293
PIS	210.662	217.505
ITR	69.078	80.411
COFINS	1.179.172	1.198.745
ISS	28.975	41.594
Financiadores	<u>8.135.577</u>	<u>12.327.206</u>
Dispêndios financeiros	8.135.577	12.327.206
Dos cooperados	<u>41.528.809</u>	<u>44.025.014</u>
Sobra líquida do exercício	41.528.809	44.025.014
Valor adicionado distribuído	<u><u>100.193.696</u></u>	<u><u>101.240.255</u></u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

1 - Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba (COOPADAP), registrou ao final de 2025 um total de 128 cooperados, uma redução em relação a 2024, quando contava com 129 cooperados. Tem por objetivo a venda em comum dos produtos colhidos e/ou elaborados entregues por seus cooperados, podendo proceder a classificação, padronização, depósito, armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos recebidos, além da distribuição aos cooperados de insumos agrícolas necessários as suas atividades, proporcionar adiantamentos aos cooperados a partir da efetiva entrega e comercialização da produção e ainda, serviços de interesse comum aos cooperados para incremento da produção agrícola e para assistência administrativa, técnica e social, bem como fomento do cooperativismo no meio rural entre outros.

A Cooperativa é controladora da empresa “Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE Ltda.”, com sede na cidade de Rio Paranaíba no estado de Minas Gerais. Constituída em 01 de agosto de 2021, tem como atividades: loteamento de imóveis próprios, a alienação de direitos, através de oferta ao público dos lotes e chácaras a serem implantados, bem como a comercialização e obtenção de receitas provenientes de juros dos financiamentos e de resultados advindos de aplicações financeiras de lucros não distribuídos e quaisquer outros valores a disposição da sociedade. A Cooperativa possui participação de 100% do capital social da controlada:

Ativo	2.025	2.024	Passivo e Patrimônio Líquido	2.025	2.024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	17.964.489	22.104.084	Fornecedores	36.661	1.777
Impostos a recuperar	2.500	1.142	Obrigações tributárias	150.451	149.585
Estoques	7.422.083	5.541.433		187.112	151.362
	25.389.072	27.646.659	Não circulante		
Não circulante			Receita a apropriar - POC	1.316.680	6.556.198
Impostos a recuperar	5.586	11.384		1.316.680	6.556.198
Investimentos	220.288	125.895	Patrimônio líquido		
	225.874	137.279	Capital social	1.700.000	1.700.000
			Reserva de Lucros	22.411.154	19.376.378
				24.111.154	21.076.378
Total do ativo	25.614.946	27.783.938	Total do passivo e patrimônio líquido	25.614.946	27.783.938

O Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE Ltda. encerrou o exercício de 2025 com um patrimônio líquido de R\$ 24.111.154 e um resultado apurado de R\$ 3.034.776.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

2 - Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista, seguindo a Lei 5.764/1971 e conforme NBC ITG 2004 - Entidade Cooperativa.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Cooperativa em 04 de fevereiro de 2026.

b) Mensuração de valor

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

Todos os números foram apresentados sem as casas decimais, desta forma poderá haver diferenças nas somatórias de valores dos grupos, que se devem ao arredondamento.

c) Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, a moeda funcional da Cooperativa.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão incluídas nas respectivas notas explicativas.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, estão descritas a seguir e têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Regime de competência

A elaboração das demonstrações contábeis, apuração do resultado (sobras e perdas) e apropriação dos ingressos e dispêndios, são nomenclaturas utilizadas pelas sociedades cooperativas de acordo com a ITG 2004 para classificar receitas, custos e despesas dos atos cooperativos, obedeceram ao regime de competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios, receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu recebimento ou pagamento. A adoção dessa prática determinou que algumas despesas fossem registradas no ativo circulante, no grupo de despesas antecipadas para serem reconhecidas no resultado do exercício juntamente com as receitas correspondentes.

b) Reconhecimento de ingressos e receitas

Os ingressos e as receitas de vendas são reconhecidos na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cooperativa e quando possa ser mensurado de forma confiável no curso normal das atividades. O ingresso e a receita líquida são mensurados com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais nestes instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, estoques, empréstimos e financiamentos, fornecedores, cooperados e outras contas a pagar. Havendo a identificação de situações macroeconômicas e biológicas que fogem do nosso controle, a Cooperativa poderá buscar instrumentos derivativos para se proteger.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez disponível para resgate, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

e) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. São apresentadas aos valores presente e de realização e segregados e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber e critérios estabelecidos conforme política interna, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

A estimativa para as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são os valores mensurados com base na análise da carteira de recebíveis de cooperados, de clientes e de demais créditos.

f) Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições recuperáveis são registrados no ativo circulante e não circulante de



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

acordo com as perspectivas de realização e para o saldo que possui dúvidas quanto à sua recuperabilidade é constituída estimativa para perda.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor.

O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado, menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável na data de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

h) Investimentos

Representados pela participação societária no sistema cooperativista e de uma subsidiária integral, também por propriedade destinada a investimento. Todos os investimentos estão operacionalmente ativos não sendo necessária estimativa para perdas.

i) Imobilizado

i.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos, edificações e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de informática com base em laudo de peritos independentes e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outros ingressos/receitas (dispêndios/despesas) operacionais no resultado.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

i.2 Custos subsequentes

Custos subsequentes são imobilizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

i.3 Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i.4 Custo atribuído

A administração não se valeu da possibilidade de atribuir valor justo aos bens do imobilizado conforme previsto na NBC ITG 10, aprovada pela resolução 1.263/09 do Conselho Federal de Contabilidade, de modo que os mesmos permanecem pelos seus valores corrigidos até 31 de dezembro de 1995 ou originais para os adquiridos a partir dessa data, considerando apenas a reavaliação realizada em 2007, depreciados na forma do item i.3) acima.

j) Intangível

Ativos intangíveis consistem em marcas e patentes e softwares de computador adquiridos, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, também por gastos com a implantação de um novo sistema integrado de gestão empresarial.

k) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas,



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável conforme NBC TG 01.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo montante recebido do banco, incluindo todos os custos pactuados no ato da liberação, conforme os termos contratuais. Após o reconhecimento, estão sujeitos a juros mensais e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são contabilizados na demonstração de sobras ou perdas no momento da baixa desses passivos, bem como durante o processo de amortização ou liquidação.

m) Fornecedores e cooperados

Os saldos dos fornecedores e cooperados são reconhecidos pelo valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são contabilizados na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa destes passivos, bem como durante o processo de amortização / liquidação.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

o) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são provisionados conforme percentual aprovado pela alta gestão e divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre a probabilidade de êxito no processo e se limitam aos questionamentos judiciais e administrativos da esfera tributária, trabalhista, civil e ambientais onde a Cooperativa seja parte.

q) Contribuição social e Imposto de renda

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Cooperativa, por alinhar um perfil de entidade sem objetivo de lucro, tem o resultado de suas operações, realizadas com cooperados, isento do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não cooperados é tributado pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes.

r) Operações com não cooperados

As operações com não cooperados são contabilizadas destacadamente, de acordo com as normas fiscais vigentes e com a ITG 2004 – Entidade Cooperativa do Conselho Federal de Contabilidade, de modo a permitir a apuração do resultado em separado para cálculo e incidência de tributos e destinação societária.

Os rendimentos das aplicações financeiras foram integralmente considerados como decorrentes de operações com não cooperados, deduzindo a despesa financeira proporcionalmente das operações com não cooperados.

s) Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido de forma individualizada. No caso de demissão, exclusão e eliminação os valores são transferidos para conta passiva de capital social à restituir, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

t) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação (depreciação do ativo não circulante imobilizado) está



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

sendo registrada diretamente a conta de sobras à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

u) Reserva de assistência técnica educacional e social - RATES

Os gastos com assistência técnica, educacional e social realizados no exercício, são registrados como custos e dispêndios, sendo ao final do exercício realizado no mesmo montante a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES para as sobras à disposição da AGO no patrimônio líquido, de acordo com a ITG 2004 - Entidade Cooperativa.

v) Destinações estatutárias e legais

As destinações estatutárias e legais são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Cooperativa ao final do exercício, com base no Estatuto Social. As destinações das sobras à disposição da Assembleia somente são registradas na data em que são aprovadas pelos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária ou excepcionalmente Extraordinária.

w) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração de fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto conforme NBC TG 03.

x) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado foi elaborada de forma pertinente com a NBC TG 09, instituída pela Resolução CFC 1.138/08.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	2.025	2.024
Caixa e bancos contas movimento	580.231	928.556
Aplicações de liquidez imediata	63.258.745	95.781.427
	63.838.976	96.709.983

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são disponibilidades que a Cooperativa possui e que são conversíveis em recursos, mantidos para a finalidade de atender os compromissos de curto prazo, investimentos e outros tipos de pagamentos. As aplicações de liquidez imediata são representadas pelos Certificados de Depósito Bancário (CDB), Recibos de Depósitos Cooperativos (RDC) e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

Depósito Interbancário (CDI), e/ou taxas pré-fixadas no momento da contratação. Além disso, possuem saldos em fundos de investimentos remunerados por cotas, NTN-B (Nota do Tesouro Nacional) e LTN (Letra do Tesouro Nacional), atrelados aos indexadores pactuados, considerando, inclusive, a média de performance ao longo do tempo, possuindo liquidez imediata e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento, de acordo com a necessidade da Cooperativa. Desde 2023, foi criada uma Política das Aplicações Financeiras, com revisões semestrais, com o objetivo de ter uma maior segurança de liquidez da carteira.

5 - Contas a receber

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Cooperados		
Duplicatas a receber	61.545.517	51.150.227
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(11.058)	(11.554)
	61.534.459	51.138.673
Cientes		
Duplicatas a receber	60.957.126	69.829.405
Alongamento débitos	318.354	318.354
Cheques em cobrança	4.990	52.991
Outras contas a receber	36.598	46.192
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.500.677)	(4.293.747)
	56.816.391	65.953.195
	118.350.850	117.091.868

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são conceitos contábeis que têm relação com a possibilidade de perda no recebimento de créditos que a Cooperativa possui. Em 2023, a Cooperativa realizou um levantamento do percentual de inadimplência desde 2007 para avaliar se existe a necessidade de fazer o reconhecimento de perda de contas a receber futuro, além do que já ocorreu seja no resultado ou em situações que haja fundo de risco em conta redutora desta. Considerando as duas situações de reconhecimento da PECLD de perdas incorridas e perdas esperadas, foi elaborada uma avaliação dos Cooperados e Clientes para realização das provisões mensalmente. As perdas calculadas pela Administração da Cooperativa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências de contas a receber.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

(i) Contas a receber por prazo de vencimento:

	Vencidos (em dias)			A vencer	Total Geral	
	+ 180 dias	61 à 90	Até 30 dias	Total		
Cooperados	-	-	144.501	144.501	61.401.016	61.545.517
Clientes	4.259.250	441.553	112.457	4.813.260	56.503.808	61.317.068
(-) PECLD	(3.876.065)	(401.829)	(233.841)	(4.511.735)	-	(4.511.735)
	383.185	39.724	23.117	446.026	117.904.824	118.350.850

6 - Outros créditos

	2.025			2.024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento folha pagamento	441.124	-	441.124	339.061	-	339.061
Valores a receber fornecedores	17.700	-	17.700	51.400	-	51.400
Adiantamento a fornecedores	1.598.339	-	1.598.339	8.134.453	-	8.134.452
Outras contas a receber de clientes	-	-	-	-	1.931.973	1.931.972
Bens destinados a venda	-	423.860	423.860	-	423.860	423.860
Bens recebidos em comodato	-	691.630	691.630	-	642.460	642.460
	2.057.163	1.115.490	3.172.653	8.524.913	2.998.292	11.523.205

7 - Impostos e contribuições a recuperar

	2.025			2.024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS (i)	698.663	16.442	715.105	452.515	96.771	549.286
PIS (ii)	524.267	464.870	989.137	778.966	-	778.966
COFINS (ii)	1.108.675	2.141.229	3.249.904	2.438.224	-	2.438.224
IR (iii)	13.127	66	13.193	17.827	66	17.893
CSLL (iii)	79.196	-	79.196	79.813	-	79.813
CSRF	-	5.281	5.281	-	26.315	26.315
INSS	234	4.217	4.451	153	4.217	4.370
FGTS	-	-	-	254	-	254
FUNRURAL	-	7.259	7.259	-	-	-
SENAR	-	1.543	1.543	-	-	-
ITR	-	4.686	4.686	-	-	-
	2.424.162	2.645.593	5.069.755	3.767.753	127.368	3.895.121



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

- (i) Os créditos do ICMS são provenientes das aquisições de insumos agrícolas (mercadorias para revenda) e créditos presumidos de produtor rural.
- (ii) A Cooperativa amparada nos dispositivos da Lei 10.637/2002 e Lei 10.833/2003, efetua a apuração das contribuições do PIS e da COFINS de forma não-cumulativa, creditando-se pelas aquisições de mercadoria para revenda, insumos, energia elétrica, depreciação, despesas de aluguéis, entre outras. Os referidos créditos são compensados com débitos do PIS e da COFINS e quando possível é solicitado o ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil.
- (iii) O IRRF é compensado com o IRPJ apurado pelo lucro real e outros tributos federais, da mesma forma ocorre com a CSLL retida na fonte.

8 - Estoques

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Mercadoria para revenda (i)	60.615.604	55.966.659
Produto para comercialização	24.230.123	23.341.107
Almoxarifado	10.293.171	8.495.307
Cultura em formação	10.042.475	6.916.128
Estoque nosso em poder de terceiros	559.755	49.407
Produção de cooperados/ terceiros em depósito (ii)	70.935.023	71.586.249
Estoque de terceiros/cooperados para entrega futura (iii)	3.721.354	3.064.209
(-) Redução ao valor de realização (iv)	(768.629)	(493.404)
	<u>179.628.876</u>	<u>168.925.662</u>

- (i) A mercadoria para revenda refere-se substancialmente a fertilizantes, defensivos e sementes e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor.
- (ii) Refere-se aos produtos agrícolas de propriedades de cooperados e terceiros recebidos para depósito em seus armazéns e que ainda não foram adquiridos pela Coopadap, sendo sua contrapartida registrada na conta de “Outras obrigações” no passivo circulante, demonstrado na nota explicativa 17. Estes estoques, e as correspondentes contas a pagar foram registrados com base na estimativa de preço de mercado.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

Ainda os volumes dos produtos agrícolas estão assim apresentados:

Descrição	KG		R\$	
	2.025	2.024	2.025	2.024
Milho	9.734.619	9.719.122	10.053.879	11.176.990
Soja	1.017	1.932.036	2.069	4.186.079
Café beneficiado cru	1.582.320	2.423.200	49.698.037	46.441.070
Trigo	6.917.959	3.244.019	8.609.467	8.110.047
Trigo – semente	-	3.782.800	-	563.956
Aveia – grãos	97.890	-	53.611	-
Sorgo – grãos	4.569.673	1.126.889	2.517.731	1.108.107
Triticale	317	-	229	-
			70.935.023	71.586.249

(iii) Refere-se aos produtos adquiridos pelos cooperados e terceiros que não foram retirados, tendo sua contrapartida registrada na conta de “Outras obrigações” no passivo circulante, demonstrado na nota explicativa 17.

(iv) Foi realizado o teste de recuperabilidade dos estoques, considerando, nos casos relevantes, quando o custo médio estava superior ao valor líquido realizável. Dessa forma, a redução do estoque é registrada no resultado, no grupo de dispêndios administrativos e gerais.

9 - Investimentos

a) Composição do Saldo

	2.025	2.024
Sicoob Credisg	3.538.482	2.913.902
Notakyo - Cooperativa Central Agrícola e de Colonização do Brasil	700	700
Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE (i)	24.111.154	21.076.378
Propriedade para investimento (ii)	1.162.188	1.169.367
Sicoob Credicopa	214.129	126.259
Sicoob Credicitrus	11.689	5.466
Sicoob Credicom	19.203	159
Sicredi	21	-
	29.057.566	25.292.231

(i) O investimento na Sociedade controlada Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE Ltda. é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. O Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE Ltda., com sede em Rio Paranaíba/MG foi



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

constituído em 01 de agosto de 2021 e tem como atividades loteamento de imóveis próprios, e a alienação de direitos, através de oferta ao público dos lotes e chácaras a serem implantados, bem como a comercialização e obtenção de receitas provenientes de juros dos financiamentos e de resultados advindos de aplicações financeiras. Os lucros não distribuídos foram destinados para a reserva de lucros ficando à disposição da sociedade.

(ii) A propriedade para investimento foi mensurada pelo método de custo e trata-se de um imóvel rural o qual está disponível para ser arrendado. Quando recebido o valor é registrado diretamente no resultado do exercício.

b) Movimentação do Investimento

Descrição	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Credisg	2.913.902	624.580	-	3.538.482
Notakyo	700	-	-	700
Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE	21.076.378	3.034.776	-	24.111.154
Propriedade para investimento	1.169.367	-	(7.179)	1.162.188
Credicopa	126.259	87.870	-	214.129
Credicitrus	5.466	6.223	-	11.689
Credicom	159	19.044	-	19.203
Sicredi	-	21	-	21
	25.292.231	3.772.514	(7.179)	29.057.566

10 - Imobilizado

a) Composição do saldo

			2.025	2.024
	Taxa anual de depreciação Societária	Custo + Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		33.321.861	-	33.321.861
Edificações e benfeitorias	1,67% a 50,00%	36.282.549	(9.124.886)	27.157.663
Máquinas e equipamentos	1,67% a 50,00%	60.315.186	(30.818.761)	29.496.425
Veículos	5,56% a 25,00%	7.135.997	(3.769.099)	3.366.898
Equipamentos de informática	8,33% a 50,00%	5.231.673	(2.891.350)	2.340.323
Móveis e utensílios	3,33% a 50,00%	2.020.874	(886.941)	1.133.933
Instalações	1,67% a 20,00%	10.099.969	(2.049.616)	8.050.353
Obras em andamento		7.239.111	-	7.239.111
Demais imobilizações		874.339	-	874.339
Culturas permanentes	4,00% a 7,14%	9.343.025	(2.096.661)	7.246.364
		171.864.584	(51.637.314)	120.227.270
				111.618.008



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

A Cooperativa possui reavaliação espontânea dos bens do ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação de Peritos Independentes realizado em 2007. Os encargos de depreciação dos bens reavaliados são registrados a conta de dispêndios/despesas e a reversão da reserva de reavaliação é contabilizada na conta de sobras à disposição da AGO.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

A depreciação registrada para o ano de 2025 totalizou R\$ 7.742.111, enquanto, em 2024, foi de R\$ 6.710.826.

b) Movimentação do custo corrigido + reavaliação

	<u>2.024</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>2.025</u>
Terrenos	32.798.668	-	-	523.193	33.321.861
Edificações e benfeitorias	32.206.274	-	-	4.076.275	36.282.549
Máquinas e equipamentos	50.515.113	93.548	(2.089)	9.708.614	60.315.186
Veículos	6.594.828	-	(219.748)	760.917	7.135.997
Equipamentos de informática	4.839.395	-	(18.316)	410.594	5.231.673
Móveis e utensílios	1.535.410	11.800	(1.200)	474.864	2.020.874
Instalações	8.753.746	-	-	1.346.224	10.099.969
Demais imobilizações	-	874.339	-	-	874.339
Obras em andamento	9.431.533	15.108.258	-	(17.300.681)	7.239.111
Culturas permanentes	9.078.746	264.279	-	-	9.343.025
	<u>155.753.713</u>	<u>16.352.224</u>	<u>(241.353)</u>	<u>-</u>	<u>171.864.584</u>

c) Movimentação da depreciação acumulada

	<u>2.024</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2.025</u>
Edificações e benfeitorias	(7.875.632)	(1.249.254)	-	(9.124.886)
Máquinas e equipamentos	(27.488.643)	(3.332.207)	2.089	(30.818.761)
Veículos	(2.811.629)	(1.177.218)	219.748	(3.769.099)
Equipamentos de informática	(2.314.837)	(594.552)	18.039	(2.891.350)
Móveis e utensílios	(737.713)	(149.855)	627	(886.941)
Instalações	(1.350.557)	(699.059)	-	(2.049.616)
Culturas permanentes	(1.556.694)	(539.967)	-	(2.096.661)
	<u>(44.135.705)</u>	<u>(7.742.111)</u>	<u>240.503</u>	<u>(51.637.314)</u>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

11 - Intangível

a) Composição do saldo

		2.025		2.024	
	Taxa anual de amortização Societária	Custo + avaliação	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes		7.852	-	7.852	7.852
Programas e aplicativos (i)	5%	22.493.243	(1.017.408)	21.475.835	1.512.235
Projeto ERP em andamento (i)		984.223	-	984.223	20.133.628
		23.485.318	(1.017.408)	22.467.910	21.653.715

(i) Com o crescimento exponencial da Coopadap, torna-se necessário um nível de controles e processos modernos e padronizados. Por isso, a implantação de um novo Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP) tem sido essencial para renovar esses processos, adotando as melhores práticas disponíveis no mercado e utilizadas pelas maiores corporações do mundo.

A amortização registrada para o ano de 2025 totalizou R\$ 649.332, enquanto, em 2024, foi de R\$ 79.069.

b) Movimentação do custo corrigido

	2.024	Adição	Transferência	2.025
Marcas e Patentes	7.852	-	-	7.852
Programas e aplicativos	1.880.311	-	20.612.932	22.493.243
Projeto ERP em andamento	20.133.628	1.463.527	(20.612.932)	984.223
	22.021.791	1.463.527	-	23.485.318

c) Movimentação da amortização acumulada

	2.024	Adição	2.025
Programas e aplicativos	(368.076)	(649.332)	(1.017.408)
	(368.076)	(649.332)	(1.017.408)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

12 - Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Encargos	Vencimento	Garantias	2.025			2.024
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
Investe Agro - Estufas/Gotejamento	9,00%	15/04/2028	Aval Diretores/Alien. Fiduciária	936.328	2.032.095	2.968.423	3.596.531
PCA - Ampliação Armazenagem de Grãos/Café	6,50%	15/11/2032	Aval Diretores/Penhor Cedula de Bens	434.925	2.477.837	2.912.762	3.327.210
PRODECOOP - Galpão Armazenagem de Café	5,50%	15/02/2025	Aval Diretores	-	-	-	72.762
Finep Inovacred - Benef. Hass	5,58% + TRL	15/09/2032	Aval Diretores/Alien. Fiduciária/Fiança	678.787	2.831.741	3.510.528	-
PCA - Aeração Graneleiro	8,50%	27/09/2032	Aval Diretores/Fiança	325.348	1.697.143	2.022.491	-
Crédito Rural - Máquinas e Linha de Benefício	6,00%	30/03/2026	Aval Diretores/Alien. Fiduciária	629.687	-	629.687	1.259.243
FUNCAFÉ - Capital de Giro	11,00%	07/03/2025	Aval Diretores/Penhor Café	-	-	-	5.373.632
FGPP Soja / Milho	10,70%	06/05/2025	Aval Diretores/Penhor/Aplic. Financeira	-	-	-	31.630.220
Barracão Armz. Insumos	11,50%	15/12/2028	Aval Diretores/ Alien. Fiduciária	204.042	402.312	606.354	606.174
FUNCAFÉ - Capital de Giro	10% a 12%	04/09/2026	Aval Diretores/Penhor Café	40.995.171	-	40.995.171	30.331.232
Pivot Central EERP	10,50%	16/09/2031	Aval Diretores/ Alien. Fiduciária	144.824	615.355	760.179	800.657
				44.349.112	10.056.483	54.405.595	76.997.661

O saldo de empréstimos e financiamentos são recursos livres e obrigatórios disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo estes últimos previstos no Manual de Crédito Rural - MCR, que tem por finalidade o custeio para aquisição de insumos agrícolas, grãos e cereais, para industrialização ou beneficiamento cuja destinação dos valores são para a cobertura de despesas com mão-de-obra, serviços, materiais auxiliares, seguros, impostos e outros itens / encargos necessários ao processo produtivo, capital de giro, além de linhas de crédito Investe Agro, PCA, FINAME, PRODECOOP e FINEP para investimentos com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Cédula de Produtor Rural Financeira recursos do FUNCAFÉ – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, atrelada à produção de nossos cooperados. Em 2024, a Coopadap conseguiu a aprovação de seu Cadastro / Limite de crédito junto ao BNDES, o que possibilita o acesso direto ao pleito de qualquer demanda com o referido banco, sem utilizar nenhum intermediário financeiro.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

Os empréstimos e financiamentos por data de vencimento são compostos da seguinte forma:

ANO VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR 31/12/2025	PROIRRIGA 02 Pivot Central EERP	PCA Ampliação Armazenagem Grãos e Café	CCB Construção Galpão Armz. Insumos	FINEP Inovacred Benef. Avocado	INVEST AGRO Estufas Alho Gotejamento	PCA Aeração Graneleiro	FUNCAFÉ Capital de Giro	CRÉDITO RURAL Máquinas Linhas de Beneficiamento
2026	44.349.112	144.822	434.924	204.042	678.785	936.328	325.349	40.995.171	629.687
2027	2.988.659	123.071	412.973	201.156	492.477	1.476.125	282.857	-	-
2028	2.068.503	123.071	412.973	201.156	492.477	555.970	282.857	-	-
2029	1.311.378	123.071	412.973	-	492.477	-	282.857	-	-
2030	1.311.378	123.071	412.973	-	492.477	-	282.857	-	-
2031	1.311.378	123.071	412.973	-	492.477	-	282.857	-	-
2032	1.065.187	-	412.973	-	369.358	-	282.857	-	-
	54.405.595	760.177	2.912.762	606.354	3.510.528	2.968.423	2.022.491	40.995.171	629.687



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

13 - Obrigações com cooperados

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Créditos de cooperados	12.095.835	4.577.816
Hortifruti	53.659.694	76.858.288
Grãos	24.706.062	16.483.625
Café	2.533.320	13.248.053
	<u>92.994.911</u>	<u>111.167.782</u>

Refere-se ao resultado líquido das vendas dos produtos agrícolas dos cooperados, cujos preços são estabelecidos com base no valor de mercado.

14 - Fornecedores

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Fornecedores (i)	20.354.403	15.341.019
Antecipações (i)	14.576.081	13.753.888
Terceiros	1.802.895	814.992
	<u>36.733.379</u>	<u>29.909.899</u>

(i) O saldo é composto, substancialmente, pelos valores a pagar aos fornecedores de insumos agrícolas, com aquisição direta dos fabricantes sempre que possível e conveniente, permitindo que a Cooperativa ofereça aos seus cooperados melhores condições de preços e prazos.

15 - Obrigações trabalhistas

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Folha a pagar	12.798	2.117.623
Pensão alimentícia	4.914	7.315
Empréstimo consignado	-	3.153
Provisões de férias	4.854.984	4.380.981
	<u>4.872.696</u>	<u>6.509.072</u>

A redução da Folha a Pagar, decorre exclusivamente de alteração no procedimento de pagamento da folha salarial. Até o exercício de 2024, a Cooperativa efetuava o pagamento dos salários até o quinto



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

dia útil do mês subsequente à competência, resultando no reconhecimento do passivo ao final do exercício. A partir de 2025, a Cooperativa passou a realizar o pagamento da folha salarial dentro do próprio mês de competência, no seu último dia útil. Dessa forma, na data-base de 31 de dezembro de 2025, permaneciam pendentes apenas valores residuais, não representando redução de despesas com pessoal. Ressalta-se que a referida variação impacta exclusivamente a posição patrimonial na data do balanço, não havendo efeito no resultado do exercício.

16 - Obrigações sociais e tributárias

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
INSS	1.643.298	1.536.644
Impostos Retidos na Fonte	736.732	722.785
Contribuições e Tributos Diversos	7.049.142	2.085.193
Obrigações Estaduais	26.865	30.903
	<u>9.456.037</u>	<u>4.375.525</u>

17 - Outras obrigações

			<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Produção de cooperado/terceiros em nosso poder (i)	70.971.622	-	70.971.622	71.679.072
Estoque de cooperado/terceiros para entrega futura (ii)	3.721.354	-	3.721.354	3.064.209
Cooperados demissionários	506.852	-	506.852	2.175
Outras contas a pagar	-	131.994	131.994	-
Bens recebido em comodato	-	691.630	691.630	642.460
	<u>75.199.828</u>	<u>823.624</u>	<u>76.023.452</u>	<u>75.387.916</u>

- (i) Corresponde a contrapartida da conta “Produção de cooperados e terceiros em depósito em nosso poder”, conforme nota explicativa 8, referente aos produtos agrícolas de propriedade de cooperados e terceiros que foram recebidos para depósito em seus armazéns e que ainda não foram adquiridos pela Coopadap.
- (ii) Corresponde a contrapartida da conta “Estoques de cooperados e terceiros para entrega futura”, conforme nota explicativa 8, referente aos produtos adquiridos pelos cooperados e terceiros que não foram retirados.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

18 - Provisões operacionais

	2.025		2.024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Retenções de comercializações para riscos comerciais (i)	9.107.213	5.869.901	14.977.115	17.610.446
Seguro veicular (ii)	450.821	-	450.821	252.740
	9.558.034	5.869.901	15.427.936	17.863.186

- (i) Trata-se de retenções sobre a comercialização de produtos dos cooperados para garantir as possíveis inadimplências de clientes e cobrir qualquer outra eventualidade. Periodicamente é feito o acerto das contas a receber e a suficiência do saldo da conta retorna a conta corrente do cooperado.
- (ii) Desde 2023, a Cooperativa, após uma análise e levantamento dos últimos cinco anos dos prêmios pagos a título de seguro da frota, optou por provisionar o valor da cotação de uma apólice de seguro frota, em vez de realizar o pagamento.

19 - Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Cooperativa é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Cooperativa decidiu, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores envolvidos. Existem depósitos judiciais realizados que suportam as demandas.

Os saldos referentes à provisão para contingências e dos depósitos judiciais estão detalhados da seguinte forma:

	Provisões para contingências		Depósitos judiciais	
	2.025	2.024	2.025	2.024
INSS - produção rural (i)	-	9.078.879	-	9.078.879
PIS e COFINS sobre atos cooperativos (ii)	4.255.082	4.090.919	4.255.082	4.090.919
Processo trabalhista (iii)	57.865	42.081	-	12.896
Processo cível (iii)	153.621	153.621	228.485	228.484
Outras contingências	9.367	-	-	-
	4.475.935	13.365.500	4.483.567	13.411.180



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

- (i) Processo nº 0031844-20.1998.4.01.3800 - Mandado de Segurança impetrado em agosto de 1998 visando a garantia do direito de não pagar a contribuição previdenciária rural - Funrural sobre a receita bruta da comercialização da produção dos associados da Cooperativa. Em abril de 2010 o STF deu provimento ao Recurso Extraordinário da Coopadap para afastar a contribuição ao Funrural incidente sobre a comercialização da produção rural. Diante do trânsito em julgado da decisão ocorrida em junho de 2010, foi requerida a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados. Porém, o juiz determinou a conversão em renda dos depósitos judiciais sob a alegação de que a Cooperativa não teria poderes para levantar valores pertencentes aos cooperados. Contra esse despacho a Cooperativa ingressou com o Agravo de Instrumento nº 0004344-39.2012.4.01.0000, no qual foi determinada a reversão da conversão em renda e autorizado levantamento dos depósitos. Agravo julgamento Embargos de Declaração da União. Em 2025 o Mandado de Segurança referente ao FUNRURAL transitou em julgado de forma favorável à Cooperativa, sendo reconhecida a inexigibilidade do tributo e autorizado judicialmente o levantamento dos depósitos, já recebidos pela Coopadap e repassados aos produtores, o montante total foi de R\$ 8.790.876,65.
- (ii) A Cooperativa impetrou o mandado de segurança nº 1999.38.02.00.2655-5 contra o Delegado da Receita Federal em Uberaba/MG, cuja distribuição foi em 15 de dezembro de 1999. Atualmente, o processo está tramitando na 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, discutindo as alterações da Lei 9.718/1998 como: o alargamento da base de cálculo das contribuições, a majoração da alíquota da COFINS e a não incidência das contribuições sobre os atos cooperativos. O processo está sobrestado, aguardando o julgamento do Tema nº 536 (RE 672.215) da repercussão geral pelo STF. Nos autos, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Os valores devidos foram recolhidos em depósito judicial e registrados no ativo não circulante. A assessoria jurídica da Cooperativa considera quanto ao alargamento da base de cálculo das contribuições. Provável, quanto à majoração da alíquota da COFINS. Possível, quanto à não incidência das contribuições sobre os atos cooperativos próprios. Provável, quanto à não incidência das contribuições sobre os atos cooperativos atípicos (relação comercial com terceiros).
- (iii) A Administração da Cooperativa, suportada pelos assessores jurídicos, efetuou provisão para



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

contingências trabalhistas e cível em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. As ações, tanto por sua natureza quanto por seu histórico, podem ser objeto de acordos de valor reduzido.

20 - Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações, a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. Portanto, a Cooperativa é parte envolvida em ações que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Cooperativa, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as ações a seguir:

Processo nº 5000661-69.2022.8.13.0555. Em 2022 foi ajuizada “Ação Ordinária de Delimitação de Divisas e para Regularização Cadastral e Fiscal” na Comarca de Rio Paranaíba, MG, em que o município de Rio Paranaíba objetiva rever as divisas entre os imóveis localizados em faixa de território considerada por eles pertencentes a Rio Paranaíba, porém registrados no município de São Gotardo, e há empresas diversas sediadas nesses imóveis que deveriam recolher tributos para o município de Rio Paranaíba. A assessoria jurídica entende que não há uma afetação econômica direta para a COOPADAP, uma vez que, se a preliminar de ilegitimidade passiva alegada na defesa apresentada for rejeitada, e se o pedido do Município de Rio Paranaíba for julgado procedente, somente haverá a alteração de domicílio fiscal, hipótese em que, a partir do trânsito em julgado da decisão, os tributos municipais passarão a ser recolhidos ao Município de Rio Paranaíba. No exercício de 2025 em decisão proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Paranaíba, foi reconhecida a ilegitimidade passiva dos particulares, determinando-se a exclusão da COOPADAP do processo, o qual foi extinto sem resolução do mérito em relação a ela, permanecendo a demanda apenas entre os entes municipais.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. A Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e que não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

21 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R\$ 135.422.555 (R\$ 117.513.339 em 2024), está representado por quotas partes que estão distribuídas entre os cooperados, avaliadas a R\$ 1,00 cada. Conforme o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas quotas partes.

b) Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para o Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados, nos termos de regulamentação própria da Cooperativa, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e
- Além dessas reservas outras poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral dos Cooperados.
- Os resultados de operações com terceiros de acordo com os artigos 85, 86 e 87 da Lei 5764/71, serão destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES.

Movimentação da Reserva Assistência Técnica Educacional e Social – RATES:

	<u>2.024</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2.025</u>
RATES	23.258.671	11.553.295	(5.698.373)	29.113.593
	<u>23.258.671</u>	<u>11.553.295</u>	<u>(5.698.373)</u>	<u>29.113.593</u>

c) Reserva de reavaliação

Refere-se a reavaliação de bens do ativo imobilizado contabilizada em exercícios anteriores. A realização da reserva de reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo realizada na conta de sobras à disposição da AGO.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

d) Reserva de Investimentos

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 28 de março de 2025, foi deliberado e aprovado que o valor de R\$ 8.505.047 (oito milhões, quinhentos e cinco mil, quarenta e sete reais), correspondente ao resultado da sua controlada “Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE Ltda.”, seja constituído como Reserva de Investimentos. Já em 28 de novembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberado e aprovado o regimento que estabelece as diretrizes e procedimentos para a formação, aplicação e liquidação da Reserva de Investimentos, conforme determina o § 1º do art. 28 da Lei 5.764/71.

e) Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação. De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Sobra/lucro líquido do exercício	41.528.809	44.025.014
Realização do Rates	5.698.373	5.996.132
Realização da reserva de reavaliação	96.086	96.086
Transferência do resultado das operações de atos não cooperativos para o RATES	(9.670.664)	(7.697.200)
Base de cálculo	37.652.603	42.420.031
constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal	(3.765.260)	(4.242.003)
Reserva Assistência Técnica Educacional e Social - RATES	(1.882.630)	(2.121.002)
Antecipação de Sobra líquida do exercício	(15.000.000)	-
Sobras à disposição da AGO	17.004.713	36.057.026



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

22 - Dispêndios administrativos e gerais

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Gastos com materiais	(10.231.317)	(7.870.253)
Comunicações	(115.464)	(131.940)
Fretes e carretos	(5.905.564)	(5.521.465)
Conservação e manutenção de bens	(1.186.951)	(1.436.274)
Tributos, taxas	(3.661.244)	(3.291.653)
Seguros	(621.639)	(591.478)
Brindes e bonificações	(413.313)	(382.075)
Comissões	(5.800)	(2.700)
Royalties	(1.400.621)	(3.484.557)
Provisão para contingências	(460.673)	(607.313)
Perda por redução ao valor de Realização	(768.629)	(493.404)
Outras despesas	(6.740.077)	(5.252.670)
	<u>(31.511.292)</u>	<u>(29.065.781)</u>

23 - Resultado financeiro líquido

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Ingressos/receitas financeiras		
Juros ativos	7.689.808	8.664.057
Descontos obtidos	1.014.167	756.383
Variação monetária ativa	11.740	75.416
Ingressos financeiros	168.741	228
Rendimento de aplicações financeiras	11.849.574	10.042.085
Multa contratual	28.600	35.321
	<u>20.762.631</u>	<u>19.573.490</u>
Dispêndios/despesas financeiras		
Descontos concedidos	(1.420.636)	(2.275.165)
Juros passivos	(6.226.330)	(9.346.282)
Variação cambial	(59.212)	-
Dispêndios financeiros e bancários	(300.507)	(413.322)
Multa e juros	(96.067)	(204.160)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(32.825)	(88.277)
	<u>(8.135.577)</u>	<u>(12.327.206)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>12.627.053</u>	<u>7.246.284</u>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

24 - Contribuição social e Imposto de renda

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não está sujeito à incidência de Contribuição Social e Imposto de Renda. Já o resultado de atos não cooperados (terceiros) é tributado pelas alíquotas vigentes.

A provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda evidenciada na coluna de operações com cooperados refere-se à incidência tributária sobre o resultado da comercialização da produção própria da cooperativa. O resultado líquido, após a dedução dos tributos, é distribuído aos cooperados.

	2.025	2.024
Resultado antes da tributação	54.109.733	51.857.097
Adições		
Despesas não dedutíveis	218.661	623.891
Exclusões		
Reversão de provisões e equivalência patrimonial	(5.218.645)	(9.035.726)
Resultado não tributável de sociedades cooperativas	(11.989.219)	(20.314.333)
Base de cálculo	37.120.530	23.130.929
Imposto de renda 15%, acrescido de adicional de 10%	9.256.132	5.758.732
Deduções - Doação para Fundo da Criança e Adolescente	(983)	(819)
Deduções – PAT	(15.073)	(7.613)
IRPJ (15%) + Adicional (10%)	9.240.076	5.750.300
Contribuição Social 9%	3.340.848	2.081.784
	12.580.924	7.832.084

25 - Partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem o Conselho de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais, responsáveis principalmente, pela Administração da cooperativa no aspecto operacional. As partes relacionadas compreendem também o Conselho Fiscal, cujas atribuições, tem o dever de fiscalizar e o poder de aprovar as contas da Administração conforme Estatuto Social da Cooperativa. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal de suas atividades operacionais e apresentam as seguintes movimentações no decorrer dos dois últimos exercícios:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

Natureza da operação	2.025	2.024
	Valores em R\$	Valores em R\$
Ativo		
Contas a receber de cooperados	8.562.307	10.930.083
Passivo		
Obrigações com cooperados	17.390.344	7.220.627
Capital social	31.774.422	19.757.055
Transações no exercício		
Remuneração paga	655.105	605.559
Operações de compras	155.057.924	40.604.671
Operações de vendas	69.789.730	53.653.829

26 - Gerenciamento de risco

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de crédito e/ou de concentração, de liquidez, de taxa de juros e de câmbio. Tais riscos são continuamente monitorados pela Administração, que realiza o seu gerenciamento com o objetivo de minimizá-los, por meio da adoção de estratégias de gestão financeira e da manutenção de sistemas permanentes de controles internos.

a) Riscos de créditos e/ou de concentração

Os riscos de crédito decorrem da possibilidade de perdas decorrentes da não realização dos créditos registrados no ativo, normalmente representados por instrumentos financeiros, podendo impactar negativamente o resultado e a situação patrimonial e financeira da Cooperativa.

Os instrumentos financeiros, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, encontram-se registrados a valores contábeis que se aproximam de seus respectivos valores justos, conforme critérios descritos nas notas explicativas relacionadas às práticas contábeis adotadas. O controle desses instrumentos é realizado por meio de estratégias operacionais voltadas à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Cooperativa adota a política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que apresentem adequada capacidade de crédito, bem como de exigir garantias suficientes, quando



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

considerado necessário, com o objetivo de mitigar os riscos de perdas financeiras decorrentes de inadimplência.

Considerando os riscos inerentes às atividades do setor primário, aos quais os cooperados estão expostos, existe o risco permanente de inadimplência em razão de eventuais frustrações de safra. Contudo, a Cooperativa mantém uma posição patrimonial e financeira compatível para suportar tais ocorrências, as quais, quando necessário, são administradas por meio de prorrogações dos prazos de vencimento.

b) Riscos de liquidez

O risco de liquidez refere-se à capacidade da Cooperativa de cumprir suas obrigações financeiras nos prazos de curto, médio e longo prazo, considerando sua estrutura de reservas financeiras, ativos disponíveis, linhas de crédito para captação de novos recursos e, principalmente, a geração de fluxos de caixa (capital de giro). As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, junto a instituições financeiras, cooperados e fornecedores.

O gerenciamento do risco de liquidez contempla a análise de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro, mediante aprovação do Conselho de Administração, conforme autorização da Assembleia Geral Ordinária.

Na data-base das demonstrações contábeis, não havia indicativos de insuficiência de recursos para a liquidação das obrigações assumidas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo.

c) Riscos da atividade

As principais atividades desenvolvidas possuem relação com a produção agrícola do quadro social, operando basicamente com o fornecimento de insumos agrícolas e recebimento, limpeza, secagem, classificação, armazenamento e comercialização dessa produção. O principal risco inerente a essa atividade é o fator climático, o qual pode afetar de forma significativa os volumes de produção, com reflexos sobre as projeções orçamentárias de receitas e margens de comercialização e eventualmente, a depender dos compromissos existentes entre as partes, refletir nos riscos de crédito.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

As políticas governamentais e oscilações na cotação das moedas e preços de commodities também são fatores significativos a serem considerados na análise dos riscos inerentes à atividade.

d) Riscos de taxas de juros

A Cooperativa está exposta ao risco de variações nas taxas de juros em função de operações bancárias de empréstimos e financiamentos contratadas a taxas pré-fixadas e pós-fixadas. No entanto, a Administração avalia que tais oscilações não representam, na data-base das demonstrações contábeis, risco relevante capaz de afetar significativamente o nível de endividamento ou os resultados.

Essas operações são acompanhadas de forma contínua, considerando as movimentações macroeconômicas, com o objetivo de mitigar eventuais riscos e identificar custos de oportunidade.

e) Riscos de taxas de câmbio

Na data-base das demonstrações contábeis, a Cooperativa não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, razão pela qual não estava exposta a riscos decorrentes de variações cambiais.

27 - Cobertura de seguros

Visando mitigar o risco de possíveis sinistros a Cooperativa adota uma política de contratação de seguros de diversas modalidades, tais como: patrimonial, carga, máquinas agrícolas, viagem, etc. Os seguros patrimoniais e de cargas são contratados com coberturas máximas ofertadas pelas seguradoras para indenização dos prejuízos decorrentes de sinistros. Já os seguros das máquinas agrícolas e viagens são contratados com coberturas suficientes para indenizações dos prejuízos decorrentes de sinistros. Para definição destas coberturas, são considerados diversos fatores, como: risco do local, os bens assegurados, os produtos armazenados, as mercadorias transportadas etc. Todas as apólices são fechadas com seguradoras confiáveis e regulamentadas pela SUSEP. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

28 - Avais e fianças

Não existem avais ou fianças concedidos em favor de colaboradores, diretores, conselheiros, cooperados ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas. Os avais e fianças relacionados às operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores referem-se exclusivamente às garantias vinculadas às obrigações próprias da Cooperativa, as quais se encontram devidamente reconhecidas no passivo das demonstrações contábeis.

29 - Benefícios a empregados

Os pagamentos dos salários ou férias, bem como os encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

Outro benefício reconhecido para os empregados é a premiação distribuída de acordo com a contribuição das equipes nas unidades de negócio e desempenho global na Cooperativa onde é calculado conforme política interna se aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente. Seguindo como benefícios aos empregados pode-se listar também:

- A Coopadap cultiva a distribuição de presentes e cartões em aniversários, matrimônio, dia das mães e dia dos pais desejando felicitações, demonstrando para os mesmos o quanto são importantes, pois é da dedicação de cada um, que o sucesso acontece. Com isso a Cooperativa espera que todos sintam-se mais motivados e valorizados, tornando este dia ainda mais especial;
- Participa do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT o qual tem como benefício o fornecimento de cesta de alimentos, em forma de cartão magnético para que seus empregados possam usufruir nos supermercados;
- A Cooperativa preocupada com a saúde e bem-estar dos colaboradores efetivos, proporciona a todos os empregados com extensão aos dependentes por opção, plano de saúde com cobertura nacional, onde a Cooperativa contribui com um percentual e o colaborador em contrapartida contribui com o restante;
- Visando o incentivo e a satisfação de seus empregados, delibera a Política de Aposentadoria Imotivada, conforme previsão no artigo 477-b CLT, incluída pela Lei 13.467/2017, com validade a partir de 02 de maio de 2019;



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

- Contribui e incentiva os empregados com festividades com intuito de integração e lazer;
- Disponibiliza seguro de vida aos empregados com cobertura 24 horas.

As reclamações trabalhistas, administrativas e tributárias relacionadas a empregados existentes ou que venham a existir na Cooperativa, de modo conservador adota o provisionamento quando prováveis e parcialmente quando possível.

30 - Balanço Social

As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

31 - Eventos subsequentes

Não é de nosso conhecimento a ocorrência de eventos subsequentes à data de encerramento do exercício, até a presente data, 04 de fevereiro de 2026, que possam afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do exercício.

 _____ Marcos Miyazaki Diretor Presidente	 _____ Adriano Lopes Pimentel Diretor Secretário	 _____ Richard Thomas de Jesus Contador CRC-MG n°110346/O-3
---	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Associados da
COOPADAP - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO PARANAÍBA
São Gotardo - MG

Opinião

*Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPADAP - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO PARANAÍBA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.*

*Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPADAP - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO PARANAÍBA** em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações, o resultado abrangente, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- *Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e*

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- *Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.*
- *Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- *Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional;*
- *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, PR, 06 de fevereiro de 2026.

BASILIO, FRANCO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR n.º 5.373/O-9-S/MG - CVM n.º 968-7 - OCB n.º 586


JOÃO WILMAR BASÍLIO HAGEMANN
Sócio Responsável

Contador - CRC-RS n.º 28.185/O-6-T-PR-S-MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL


Na condição de Membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO PARANAÍBA - COOPADAP**, em cumprimento às atribuições da lei 5.764/71 e artigo 49, letra "i" do Estatuto, examinamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e com o devido assessoramento dos auditores da Basilio Franco Auditores Independentes S/S, procedemos a análise sistemática das operações, por meio da verificação dos documentos e inspeções físicas.

Com base nas avaliações mensais realizadas, nas visitas às unidades e demais áreas de atividades da Cooperativa e por meio de informações recebidas nas reuniões com os Auditores Independentes, Superintendentes e Gerentes da Cooperativa, tivemos condições de acompanhar as operações realizadas, dentro da extensão e profundidade que entendemos necessárias.

Em função do exposto e respaldados no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, datado de 06 de fevereiro 2026, apresentado sem modificação, somos de parecer que as referidas demonstrações, bem como o resultado apurado, refletem corretamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2025.

Recomendamos, portanto, a sua aprovação pelos Senhores Cooperados.

São Gotardo, 09 de fevereiro de 2026.



Fabio Shin-Iti Endo



Luciano Abi Rached Tannuri



Silvio Ossamu Muraoka



COMPARATIVO FATURAMENTO BRUTO REALIZADO/ORÇADO (em reais)

PRODUTO	REALIZADO Ano (2021)	REALIZADO Ano (2022)	REALIZADO Ano (2023)	REALIZADO Ano (2024)	REALIZADO Ano (2025)	ORÇADO Ano (2025)	ORÇADO Ano (2026)
Produção cooperados	603.937.427	767.954.025	764.024.685	919.200.750	822.382.702	898.490.008	765.427.056
Soja Consumo	55.903.722	78.679.778	72.501.450	66.643.232	77.347.073	70.841.858	64.970.348
Soja Semente	10.940.237	11.233.436	5.255.892	3.122.761	2.266.192	5.189.336	3.982.427
Sorgo	2.043.528	6.879.646	5.583.570	7.330.204	6.719.439	7.494.600	5.797.049
Milho Consumo	88.021.129	74.963.717	47.390.259	36.061.078	47.673.352	48.268.902	42.852.665
Trigo Consumo	12.915.553	11.204.662	21.710.910	20.915.865	16.039.265	16.430.573	20.498.177
Trigo Semente	3.977.936	8.908.679	11.732.475	7.942.883	7.784.191	10.647.360	5.883.714
Triticale	322.771	81.019	1.123.744	168.095	293.328	569.088	439.480
Aveia	123.303	126.188	20.213	-	38.652	-	-
Café	59.893.588	55.196.081	89.076.411	139.612.337	126.185.443	149.190.967	123.076.481
Batata	50.335.677	71.737.961	55.765.081	90.654.473	71.746.599	48.570.912	59.476.801
Cenoura	61.491.488	116.721.427	135.903.271	122.914.942	74.481.128	109.420.582	102.003.254
Cebola	16.694.774	29.800.599	16.073.867	28.047.124	14.797.615	23.100.000	13.707.750
Alho	211.450.700	268.972.619	267.480.266	346.691.548	313.257.921	361.271.600	266.400.000
Abacate	26.205.761	27.944.397	29.247.991	43.590.156	58.100.326	39.510.951	51.488.223
Beterraba	3.568.589	5.503.816	5.152.345	5.011.321	3.119.791	6.236.079	3.276.188
Cevada	48.670	-	-	-	-	-	-
Outros Verduras e Frutas	-	-	6.941	494.731	2.532.389	1.747.200	1.574.500
Produção terceiros	19.636.856	26.521.393	19.051.100	16.103.346	12.041.204	16.940.385	8.075.991
Produção Própria	25.956.497	31.507.296	41.021.166	45.244.293	58.785.636	55.537.860	46.861.044
Revenda de Insumos	248.537.891	267.290.834	236.322.030	245.616.360	249.505.308	246.318.644	260.397.972
Industrialização	-	-	-	-	-	3.357.750	3.357.750
Prestação de serviços	30.596.760	34.892.096	33.659.978	34.433.839	42.783.389	44.708.661	50.950.949
TOTAL GERAL	928.665.432	1.128.165.645	1.094.078.959	1.260.598.587	1.185.498.239	1.265.353.308	1.135.070.763



MOVIMENTO DE ENTRADA DE PRODUÇÃO E ORÇAMENTO QUANTITATIVO (em kg)

PRODUTO	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	
	Ano(2021)	Ano(2022)	Ano(2023)	Ano(2024)	Área (ha)	Ano(2025)	Área (ha)	Ano(2025)	Área (ha)	Ano(2026)	Área (ha)
Soja Consumo	26.692.159	30.892.226	33.309.881	39.124.085	7.438	34.703.257	7.703	32.269.350	7.504	31.624.350	7.355
Soja Semente	3.526.702	2.270.890	1.649.240	1.121.240	284	1.139.700	365	692.300	161	898.700	209
Milho Consumo	66.889.329	67.410.406	45.534.765	51.923.652	3.803	40.570.361	3.634	37.986.040	3.734	36.429.900	3.588
Trigo Consumo	6.631.898	9.664.702	15.079.720	9.628.901	1.949	14.545.287	3.110	11.666.700	2.593	12.144.990	3.114
Trigo Semente	3.601.074	4.779.797	3.989.800	4.735.250	1.427	3.067.952	745	3.892.500	865	2.385.006	612
Triticale	241.569	595.630	406.726	162.790	166	266.630	259	365.200	166	413.600	259
Aveia	-	102.410	34.650	-	-	-	-	-	-	-	-
Café Beneficiado	4.811.161	5.521.391	4.186.440	6.781.860	2.204	4.361.758	2.081	3.517.457	1.809	4.801.498	1.820
Batata	51.902.925	27.271.425	27.933.285	27.376.025	661	34.605.725	786	30.669.314	852	29.738.400	765
Cenoura	75.001.303	75.241.927	72.346.767	61.094.234	1.313	66.926.091	1.299	79.117.000	1.582	72.816.669	1.312
Cebola	12.073.075	12.064.480	8.520.701	9.129.122	187	14.797.615	204	11.280.500	205	7.833.000	89
Alho Consumo	16.734.015	20.805.862	22.900.750	20.627.469	1.729	18.090.348	1.874	22.327.200	1.595	22.470.272	1.404
Abacate/frutas	7.507.189	6.906.378	13.370.496	8.761.485	772	58.100.326	824	10.372.890	746	11.492.230	746
Repolho	-	-	-	-	-	2.532.389	24	2.184.000	26	2.350.000	24
Limão	-	30.165	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beterraba	4.263.909	6.010.921	5.201.295	4.197.546	70	3.119.791	64	4.952.620	85	3.538.000	61
Sorgo	213.986	7.662.800	7.341.811	7.698.409	1.321	9.734.601	1.480	3.856.400	2.100	5.994.000	1.499



COOPERATIVA AGROPECUARIA DO ALTO PARANAIBA – COOPADAP
COMPARATIVO – REALIZADO X ORÇADO

	ORÇAMENTO 2.024	REALIZADO 2.024	ORÇAMENTO 2.025	REALIZADO 2.025	ORÇAMENTO 2.026
	Em Reais	Em Reais	Em Reais	Em Reais	Em Reais
Ingresso operacional bruto					
Vendas de produtos e mercadorias	1.084.087.149	1.226.164.747	1.220.644.647	1.142.714.850	1.084.119.814
Prestação de serviços	36.478.125	34.433.839	44.708.661	42.783.389	50.950.949
	1.120.565.274	1.260.598.587	1.265.353.308	1.185.498.239	1.135.070.763
Deduções de ingresso bruto					
Impostos incidentes sobre vendas	(11.695.212)	(9.412.233)	(9.176.398)	(9.940.493)	(9.706.133)
Devoluções e abatimentos	(9.270.810)	(17.593.791)	(13.366.872)	(19.339.301)	(14.997.717)
	(20.966.022)	(27.006.025)	(22.543.270)	(29.279.794)	(24.703.851)
Ingresso operacional líquido	1.099.599.252	1.233.592.562	1.242.810.038	1.156.218.446	1.110.366.913
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(1.025.368.938)	(1.149.677.475)	(1.145.734.335)	(1.068.125.358)	(1.034.245.742)
Sobra/lucro bruto	74.230.314	83.915.087	97.075.703	88.093.089	76.121.171
(Dispêndios) ingressos operacionais					
Dispêndios com pessoal/remuneração à diretoria e conselheiros	(23.536.040)	(25.358.524)	(28.718.789)	(25.364.282)	(29.124.746)
Dispêndios administrativos e gerais	(25.661.365)	(29.065.781)	(33.592.901)	(31.511.292)	(34.354.951)
Outros ingressos operacionais	13.782.704	15.120.032	8.171.384	10.265.165	12.828.510
	(35.414.701)	(39.304.273)	(54.140.305)	(46.610.409)	(50.651.186)
Sobra/lucro antes do resultado financeiro	38.815.613	44.610.813	42.935.398	41.482.679	25.469.985
Resultado financeiro líquido	9.758.448	7.246.284	8.570.788	12.627.053	11.929.296
Sobra/lucro antes da tributação	48.574.061	51.857.097	51.506.186	54.109.733	37.399.280
Contribuição social e imposto de renda	(6.715.023)	(7.832.084)	(11.335.039)	(12.580.924)	(7.211.917)
Resultado líquido do exercício	41.859.038	44.025.014	40.171.147	41.528.809	30.187.364
Investimentos realizados	17.904.115	18.979.190	14.006.515	17.815.751	5.080.724

Em 2025 o Loteamento Empresarial Alto Paranaíba SPE Ltda teve um Resultado líquido do exercício de R\$ 3.034.776.



(34) 3616-1200

Rodovia MG 235, km 89,443

Caixa Postal 151

São Gotardo - MG

 **coopadap**

 **coopadap_**

 **coopadap**

 **coopadap.com.br**

